

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REPRESENTAÇÃO CIENTÍFICA POR MEIO DE TRÊS PARADIGMAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Airton Cardoso Cançado (UFT)¹
André de Oliveira (UFT)²
Miguel Pacífico Filho (UFT)³

Resumo

Serão abordadas, neste artigo, as possibilidades de oferecer uma construção científica do que seja a Economia Solidária, agora pensada como área estrutural de pensamento, dentro das ciências humanas, através de três paradigmas iconográficos enlaçados na perspectiva das ciências sociais: o paradigma estrutural do consenso, o paradigma estrutural do conflito e o paradigma da interpretação, anteriormente referidos na obra e no pensamento do filósofo Philip Jones. Consideramos que para cada um dos supracitados paradigmas encontramos o embasamento de três dos principais sociólogos: Durkheim, Marx e Weber; e para cada um destes paradigmas encontra-se sua própria ontologia, epistemologia, metodologia e método. Para isso estruturamos o texto sobre cinco momentos específicos. O primeiro momento trata da discussão contemporânea sobre os paradigmas científicos utilizando como referencial o sentido kuhniano. O segundo momento busca uma alternativa de classificação científica para a Economia Solidária dentro dos paradigmas das Ciências Sociais. O terceiro momento problematiza a Ecosol à luz do Paradigma Estruturante do Consenso. O quarto momento vai também problematizar a Ecosol sob a ótica de um paradigma, o Paradigma Estruturante do Conflito. O quinto e último momento vai debater a Ecosol a partir do referencial estabelecido pelo Paradigma Interpretativo. Por fim, concluímos que uma reflexão sobre a cientificidade da Economia Solidária deve pautar-se na inserção do teorizador ou cientista social no lugar de observador e dedutor dos fatos históricos.

Palavras-Chave: Cientificidade da Economia Solidária, Paradigma Estrutural do Conflito, Paradigma Estrutural do Consenso, Paradigma da Interpretação.

1 Introdução

Neste artigo, serão delineados os pressupostos segundo os quais a teorização sobre a engenhosidade política da Economia Solidária, em sua experiência brasileira, ganha ares de cientificidade, assumindo critérios específicos e plausíveis que se reverberam no esboço de um construto que se aplica para conceder a possibilidade de uma hermenêutica de suas variantes sociológicas. Acorrendo à especificação de que tratam os paradigmas estruturantes do Consenso, do Conflito e Interpretativo, enseja-se que a fundamentação de que se reveste o entorno com a qual a Economia Solidária esboça-se como compreensão de uma mundivência que possa enquadrá-la como reflexão adequada dentro das variações temáticas das Ciências

¹ airtoncardoso@yahoo.com.br

² profmsandre@hotmail.com

³ miguilim@uft.edu.br

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Sociais e Políticas, absorvidas, outrossim, na propriedade de suas desinências paradigmáticas, no campo das pressuposições científicas normatizadas.

Para melhor elucidar o sentido de paradigma científico, recorreremos à contribuição de Thomas Kuhn para repropormos o sentido clássico do fazer-se científico, já que, nos estudos kuhnianos, são destiladas as concepções fixas que plasmam o sentido de normalidade e normatividade da ciência clássica, comunidade científica, e revoluções de ordem dos modelos científicos. Tal concepção, conjecturada em sua amplitude por Karl Popper (2007) e Feyerabend (2007), denotará o *modus operandi* sobre o qual a ciência culmina em construto definitivo.

Doravante, quando se opera na área das Ciências Sociais, os paradigmas científicos, de acordo com a classificação de Jones (1993), formam uma tríplice alternativa, que remete para uma ideia estrutural de sociedade determinada economicamente. A Economia Solidária, enquanto proposta científica, pode ater-se a essa especificação, entendida pelos paradigmas estruturantes do Consenso, do Conflito e Interpretativo, assinalados outrora por Jones (1993).

A metodologia que alinhará tal reflexão será a da pesquisa documentária, de inclinação interpretativa, sedimentada em vias de historicidade pelas quais a Economia Solidária, em seu ímpeto político, pode ser classificada como um movimento científico. O grande cuidado para com este tipo de atividade científica será o de desnuclear as fontes primevas de interpretação das ciências sociais de suas tendências históricas abduzidas, por exemplo, pelo marxismo dezenoviano ou pelo weberianismo produtivista.

Ao final, serão escrutinadas as principias vicissitudes sociológicas da Economia Solidária segundo o apontamento dos três paradigmas das Ciências Sociais, elencados por Jones (1993). Na acepção a que se permeia o *Paradigma Estruturante do Consenso*, analisaremos o *ethos autogestionário da Economia Solidária* e sua pavimentação coletiva principiada pela *consciência de classe*; quanto ao *Paradigma Estruturante do Conflito*, analisar-se-á a *práxis econômica da Economia Solidária*, como estudo de caso oportuno para a discussão sobre a ideia dialética de solidariedade, como item de identificação do discurso social da Economia Solidária. Segue-se a esta análise, por último, o fator que pressupõe os contrastes entre a idealização econômico-política, que perfaz a Economia Solidária, e a interpretação que se faz sobre os processos racionais de produção e consumo da sociedade economicamente moderna; com os influxos teóricos do *Paradigma da Interpretação*.

Neste texto a Economia Solidária é entendida como “conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (MTE, 2011). Nesta perspectiva a Economia Solidária está embasada em quatro princípios: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade (MTE, 2011). A descrição de Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) foi escolhida pois, de certa forma, é a convergência de diversas definições de economia solidária encontradas na literatura.

Este texto está dividido em seis partes, além desta introdução. Na seção seguinte será exposta a definição de paradigma no sentido kuhniano. Na terceira seção serão apresentados a proposta dos três paradigmas das ciências sociais para, em seguida discutir-se a Economia Solidária na perspectiva de cada um deles em três seções distintas. Ao final tecemos as considerações finais deste trabalho.

2 Discussão contemporânea sobre os paradigmas científicos: o sentido kuhniano

Kuhn (1978) apresenta os conceitos de paradigma, ciência normal, anomalia, crise e revolução científica; bases para entender o desenvolvimento da ciência. Discutiremos, então, cada um dos conceitos para apresentar a proposta do autor. Segundo Kuhn (1978), os

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

cientistas que compartilham dos mesmos paradigmas estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica, assim “um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência” (KHUN, 1978, p.224). Os paradigmas têm duas características essenciais:

suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares. Simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência (KUHN, 1978, p.30).

Paradigma é usado com dois sentidos diferentes no texto de Kuhn (1978):

De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc..., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro denota um tipo de elemento nessa constelação: a solução concreta de quebra-cabeças, que empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (KHUN, 1978, p.218).

Em outras palavras, o paradigma pode ser considerado como o corpo de conhecimentos aceito e usado por uma comunidade científica. A prática do paradigma dentro destes padrões é o que identifica uma ciência normal.

(...) ‘ciência normal’ significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações passadas. Estas realizações são reconhecidas durante algum tempo pela comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior (KUHN, 1978, p.29).

A ciência normal é a atualização da promessa do paradigma. Quando a pesquisa evolui dentro de um paradigma, as comunicações tendem a ser em forma de artigos mais breves, acessíveis apenas aos que partilham do paradigma (KUHN, 1978). A ciência normal é onde a ciência progride de maneira mais notável, o que é permitido pela própria comunidade científica que aceita o paradigma.

É somente através da ciência normal que a comunidade profissional de cientistas obtém sucesso; primeiro explorando o alcance potencial e a precisão do velho paradigma e então isolando a dificuldade cujo estudo permite a emergência de um novo paradigma (KUHN, 1978, p.192).

Kuhn (1978) chama de anomalias os problemas não solucionados que a teoria vai apresentando na medida em que é usada, “as anomalias aparecem somente contra o pano de fundo proporcionado pelo paradigma” (p.92). Ao contrário de Popper (2007) que prevê o descarte da teoria, no caso da ciência normal, as anomalias são vistas como normais e com possibilidade de resolução com o avanço da própria ciência normal. Quando as anomalias se acumulam, podem formar novas escolas (ou novas teorias) que passam a competir com a ciência normal. Pode haver dois resultados: a ciência normal triunfa e continua seu caminho de desenvolvimento, ou as teorias alternativas conseguem vencer a teoria original, neste caso temos uma revolução científica em curso (KUNH, 1978).

Revoluções científicas são “(...) episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (KHUN, 1978, p.125). Estabelecido o novo paradigma, volta-se então ao produtivo período de ciência normal. Segundo Chalmers (1993), “o quadro de Kuhn

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

da maneira como progride a ciência pode ser resumido no seguinte esquema aberto: *pré-ciência – ciência normal – crise-revolução – nova ciência normal – nova crise*” (p.123, grifos do autor). No quadro abaixo apresentamos uma síntese desta estrutura:

Ciência Pré-paradigmática	Paradigma (ou paradigmas estreitamente relacionados)	Revoluções Científicas
<ul style="list-style-type: none"> - Grande profundidade nas discussões - Liberdade nas pesquisas - Multiplicidade de escolas em competição 	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência normal: Estabelecimento de padrões sobre o que é científico e sobre o olhar dos cientistas sobre o mundo - Ceticismo dos cientistas sobre outras abordagens fora do paradigma - Elaboração de manuais e vocabulário próprio (ambiente esotérico – conhecimento restrito a um pequeno número de iniciados) - Grande desenvolvimento do conhecimento da área em um escopo relativamente restrito (resolução de quebra-cabeças), não precisa reelaborar seus fundamentos - Produção de conhecimento para o próprio grupo e avaliada por ele mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> - Crises na ciência normal: descobertas de anomalias não explicadas pelo paradigma - Novas propostas, grandes debates com aprofundamentos das discussões e incerteza - Ciência anormal - Termina com a vitória total de um dos campos rivais - Condições para aceitar o novo paradigma: capacidade de resolver problemas de maneira nova e garantir a preservação de grande parte da capacidade de resolver problemas conquistada pelo(s) paradigma(s) anterior(es) - Reelaboração dos manuais

Quadro 1 – Síntese da Proposta de Kuhn

Fonte: adaptado de Kuhn (1978).

Kuhn (1978), Popper (2007), Feyerabend (2007) e Lakatos (1999) acreditam que o avanço da ciência não é cumulativo. Kuhn (1978) aproxima-se ainda de Feyerabend (2007) no sentido da incomensurabilidade dos paradigmas (CHALMERS, 1993). O critério de demarcação de ciência de Kuhn (1978) é a aquisição de um primeiro paradigma para o campo, pois “a aquisição de um paradigma e do tipo de pesquisa mais esotérico⁴ que ele permite é um sinal de maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico que se queira considerar” (KHUN, 1978, p.31). Segundo Chalmers (1993, p.146) “a característica mais importante de um campo de indagação quanto à distinção entre ciência e não ciência, afirma Kuhn, é a extensão em que o campo é capaz de sustentar uma tradição científica normal”.

O período pré-paradigmático, em particular, é regularmente marcado por debates freqüentes e profundos a respeito dos métodos, problemas e padrões de solução legítimos – embora estes debates sirvam mais para definir escolas que para produzir um acordo (KHUN, 1978, p.73).

Durante este período é difícil encontrar provas de progresso do conhecimento, a não ser dentro das próprias escolas competidoras. Estes debates não se extinguem imediatamente com o surgimento do paradigma, porém, com o passar do tempo e estabelecimento da ciência normal são praticamente extintos, voltando apenas pouco antes das revoluções científicas (KHUN, 1978).

⁴O adjetivo “esotérico” é muito usado no texto de Kuhn (1978). O sentido atribuído aqui está relacionado a ser acessível apenas aos iniciados, ou seja, à comunidade científica que compartilha do paradigma.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Um paradigma, em sua primeira aparição pode parecer muito limitado tanto em seu âmbito quanto em sua precisão, porém, se foi reconhecido como tal significa que pareceu ser melhor que as outras teorias, apesar de não explicar todos os contextos. Um dos fatos que caracteriza a emergência do primeiro paradigma é a confiança crescente nos manuais ou seus equivalentes produzidos pela comunidade científica para treinar os próximos cientistas (KHUN, 1978).

Outro conceito relevante em Kuhn (1978) é o de comunidade científica. Uma comunidade científica é um grupo formado por praticantes de uma mesma especialidade científica, com iniciação profissional e educação similar, baseada em uma mesma literatura-padrão e que trabalham com o mesmo objeto de estudo científico (KHUN, 1978). As comunidades científicas são, então, formadas nas escolas de nível superior, onde os futuros cientistas são treinados dentro da ciência normal vigente à época, o que de certa forma, pode fazer com que ideias novas sejam consideradas *a priori* como não científicas dentro de um campo de conhecimento já consolidado. Neste sentido, Feyerabend (2007) faz uma descrição minuciosa da exposição de John Stuart Mill sobre o caminho que seguem as novas teorias.

John Stuart Mill apresentou uma fascinante descrição da transformação gradual de ideias revolucionárias em obstáculos para o pensamento. Quando uma nova concepção é proposta, defronta-se com um público hostil, e são necessárias excelentes razões para obter-lhe mesmo uma audiência moderadamente justa. As razões são apresentadas, mas são amiúde desconsideradas ou ridicularizadas, e infelicidade é a sina dos inventores audazes. Mas gerações novas, estando interessadas em coisas novas, ficam curiosas; consideram as razões, levam-nas adiante, e grupos de pesquisadores iniciam estudos detalhados. Estes estudos talvez conduzam a êxitos surpreendentes (também suscitam grande porção de dificuldades). Ora, nada é tão bem sucedido como o sucesso, mesmo que seja sucesso rodeado de dificuldades. A teoria passa a ser um tópico de discussão aceitável; é apresentada em simpósios e grandes congressos. Os membros intransigentes do *status quo* sentem-se obrigados a estudar um ou outro artigo, a resmungar alguns comentários e, talvez, a tomar parte em sua exploração. Chega a um momento que a teoria não é mais um tópico esotérico de discussão para seminários e conferências avançadas, mas ingressa no domínio público. Há textos introdutórios e popularizações; questões de exames começam a lidar com problemas a serem resolvidos nos termos da teoria. Cientistas pertencentes a campos distantes e filósofos, tentando exibir-se, fazem alusões aqui e ali, e este desejo frequentemente mal-informado de estar do lado certo é tomado como mais um sinal de importância da teoria.

Infelizmente este aumento de importância não é acompanhado por melhor compreensão – ocorre justamente o oposto. Aspectos problemáticos que haviam sido originalmente introduzidos com o auxílio de argumentos cuidadosamente construídos tornam-se agora princípios básicos; pontos duvidosos transformam-se em *slogans*; debates com oponentes passam a ser padronizados e também bastante irrealistas, pois os oponentes, tendo de se expressar em termos que pressupõem o que contestam, parecem usar de subterfúgios, ou empregar mal as palavras. Alternativas são empregadas, mas já não contêm contrapropostas realísticas; servem apenas como pano de fundo para o esplendor da nova teoria. Assim, temos de fato êxito – mas é o êxito de uma manobra executada no vazio, superando dificuldades que foram de antemão estabelecidas de modo que tivesse solução fácil. Uma teoria empírica como a mecânica quântica ou uma prática pseudo-empírica como a medicina científica moderna com seus antecedentes materialistas podem, é claro indicar numerosas conquistas, mas *qualquer* concepção, *qualquer* prática que tenha existido por algum tempo tem conquistas. A questão é de quem são as melhores ou mais importantes conquistas, e *essa* questão não pode ser respondida, pois não há alternativas realísticas que possam fornecer um ponto de comparação. Uma invenção maravilhosa transformou-se num fóssil (FEYERABEND, 2007, p.58-59).

Ao invés de utilizar o termo teoria, Kuhn (1978) prefere matriz disciplinar⁵. Matriz porque é composta por elementos ordinários de várias espécies e disciplinar porque se refere à posse comum de uma disciplina particular. A matriz disciplinar é constituída por objetos de compromisso (paradigmas ou partes deles), os seus principais componentes são: a) Generalizações Simbólicas⁶: expressões utilizadas sem discussão ou dissensão pelos membros do grupo que podem ser expressas de maneira lógica e são pontos de apoio para a resolução dos quebra-cabeças, b) Crenças em Determinados Modelos: fornece ao grupo analogias e metáforas preferidas ou permissíveis, ajudando a determinar o que será aceito como resposta de um quebra-cabeça e ainda quais são os quebra-cabeças mais importantes, c) Valores: fazem com que os pesquisadores se sintam parte de uma comunidade, porém, os valores podem ser compartilhados por pessoas que divergem quanto à sua aplicação, o que pode ser saudável para ciência e é uma maneira de uma comunidade científica diminuir os riscos e assegurar o sucesso no longo prazo e d) Exemplares: soluções concretas para problemas, indicando através de exemplos como o cientista deve realizar seu trabalho

3 Paradigmas das Ciências Sociais: uma alternativa de classificação científica para a Economia Solidária

Segundo Jones (1993) pode-se interpretar a realidade a partir de três paradigmas centrais das ciências sociais. Estes paradigmas são: Paradigma Estrutural do Consenso, Paradigma Estrutural do Conflito e Paradigma Interpretativo. Embasando cada um dos paradigmas, teríamos os três principais sociólogos: Durkheim, Marx e Weber, respectivamente. A cada um destes três paradigmas tem-se sua ontologia, epistemologia, metodologia e método.

Ontologia refere-se à forma e à natureza da realidade e, por conseguinte, o que pode ser conhecido sobre ela. **Epistemologia** diz respeito à natureza da relação entre o pesquisador e o que pode ser pesquisado. Essa relação é determinada pela concepção ontológica de realidade que o pesquisador adota. **Metodologia** refere-se ao modo de o pesquisador proceder para encontrar o que ele acredita que pode ser conhecido. É a estratégia montada pelo cientista para obter evidências necessárias a sua pesquisa. **Método** (técnica) é a ferramenta específica para a coleta dessas evidências (ALENCAR, 2007, p.22, grifos do autor).

São três paradigmas e uma realidade, cada um com suas características próprias, representando ou tentando representar uma realidade. Segundo Alencar (2007, p.40) o pesquisador deve ter liberdade para usar o referencial que julgar mais adequado e qualquer atitude que se afaste deste sentido é anti-científica. Ao mesmo tempo “(...) a comunidade científica é rigorosa e muito cautelosa para aceitar inovações”.

(...) Fundamentados nas concepções de realidade social de Auguste Comte (1798-1857), sociólogos do final do século XIX e início do século XX, como Ferdinand Tönnies (1855-1936), Émile Durkheim (1885-1917) e Robert Redfield (1897-1958), construíram teorias para explicar a sociedade partindo deste parâmetro. Tais teorias compõem o que se convencionou chamar de ‘abordagem estrutural do consenso’ (ALENCAR, 2007, p.18).

⁵Essa foi uma conjectura muito contestada pelos críticos de Kuhn, até hoje.

⁶A antropologia simbólica de Ernst Cassirer vai propiciar uma nova incursão sobre o postulado das ciências, especificamente, as humanas.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

A abordagem estrutural do consenso parte do princípio de que a cultura existe antes do indivíduo e que a socialização é o processo fundamental dessa abordagem. Em outras palavras o comportamento é resultado da cultura, “(...) o comportamento humano é um comportamento aprendido” (JONES, 1993, p.6, tradução nossa). O método ideal para a pesquisa é o hipotético-dedutivo, no qual o pesquisador parte de uma teoria, formula uma hipótese, testa sua validade e tira conclusões baseado nos resultados. Além disso, o pesquisador deve tentar ser isento, evitando que suas crenças influenciem no momento em que estabelece o objeto de suas pesquisas e no decurso de suas demonstrações (ALENCAR, 1999; 2007; JONES, 1993).

Diversas teorias compõem a abordagem estrutural do conflito, entre elas: marxismo, dependência, feminismo e *countervailing power* (empoderamento). A base da abordagem é a consideração que a origem e persistência da estrutura de desigualdade estão assentadas na dominação dos privilegiados sobre os não privilegiados e “(...) a sociedade determina nosso comportamento pela estrutura e pelo constrangimento” (JONES, 1993, p.9, tradução nossa). Neste contexto “(...) o conflito de interesses é inerente a uma sociedade desigual (...)”, porém, “(...) a manifestação do conflito pode ser inibida pela coerção ou pelo processo de socialização” (ALENCAR, 2007, p.25). A ideologia por traz das instituições jurídico-políticas tem o objetivo de “(...) legitimar os arranjos institucionais da sociedade, principalmente seu sistema de propriedade ou modos de distribuir os frutos do processo produtivo” (ALENCAR, 2007, p.26). As abordagens estruturais do consenso e do conflito vêm “(...) a origem da vida social na influência ou determinação de fatores externos ao indivíduo [estrutura], elas discordam a respeito de quais são estes fatores externos” (ALENCAR, 2007, p.29). Enquanto o paradigma do consenso acredita que a cultura seja a causa externa, o paradigma do conflito acredita que as relações entre grupos desigualmente privilegiados na sociedade seja a causa e que a cultura é um meio para reforçar e perpetuar estas diferenças (ALENCAR, 1999).

A diferença entre as abordagens estruturais e a abordagem interpretativa está justamente na importância dada aos fatores de influência externos. O Paradigma Interpretativo acredita que a essência da vida social “(...) é a habilidade que os seres humanos possuem de examinar o que acontece em sua volta e, então, escolher como agir à luz dessa interpretação” (ALENCAR, 2007, p.30). Em outras palavras, deve-se concentrar no nível micro de análise da vida social, nos modos como os indivíduos interagem e não no nível macro, como a estrutura da sociedade influencia os indivíduos. A sociedade não pode ser pensada como existindo antes dos sujeitos, pois ela é o resultado final da interação entre os homens e não sua causa, as interações criam a sociedade e não a sociedade cria as interações. Mesmo que existam ações impulsivas, a maioria das ações humanas é intencional, têm sentido e significado (ALENCAR, 1999; 2007). Como suporte a argumentação estruturada nesse ponto podemos também recorrer a Rattner quando este nos diz que a

(...) apologia irrestrita da competição é ideológica e não encontra fundamento na História. Ao contrário, é possível afirmar que a maior parte da evolução humana foi caracterizada por associações de cooperação comunitárias, tais como apresenta, ainda hoje, certas tribos indígenas no Brasil e outros continentes (RATTNER, 2008 p. 54).

Para o Paradigma Interpretativo os indivíduos são diferentes e têm percepções diferentes da realidade, pois: tem histórias de vida e habilitações que os fazem ser parte de determinados grupos e os distanciam de outros, estão inseridos em uma estrutura social, são partes integrantes de uma cultura e têm interesses que podem ou não ser conflitantes com os outros interesses (ALENCAR, 1999; 2007; JONES, 1993). Neste contexto “(...) a influência mais importante sobre o comportamento de um indivíduo é o comportamento de outros



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

indivíduos em relação a ele ou ela” (JONES, 1993, p.15, tradução nossa). O pesquisador alinhado com este paradigma busca compreender o processo de orientação dos atores sociais e só consegue este objetivo adotando a perspectiva destes atores sociais. O método hipotético-dedutivo dá lugar ao método interpretativo ou compreensivo, tendendo mais ao

[...] método indutivo, [...] no qual as categorias e modelos originam-se das explicações e ações que os atores proporcionam ao pesquisador que, por seu turno, tentará ‘reconstruir’ a realidade social. A identificação de fatores relevantes para a explicação de interpretações e ações (possíveis ‘variáveis’) que permitem o desenvolvimento de modelos e teorias é produto do processo de pesquisa, em vez de serem seus meios e instrumentos (ALENCAR, 2007, p.39).

No Quadro 1 temos a síntese dos três paradigmas apresentados anteriormente. Segundo Alencar (2007), vive-se hoje em um momento de reflexão sobre os paradigmas e diversos autores de diferentes correntes vêm caminhando no sentido de unir as perspectivas micro e macro (ação e estrutura ou indivíduo e sociedade), dentre eles: Alain Touraine (sistema de ação política), Anthony Giddens (teoria da estruturação), Bandura (teoria social cognitiva), Georg Lukács (história e consciência de classe), Jürgen Habermas (ação comunicativa), Michel Foucault (poder e conhecimento) e Pierre Bourdieu (prática social).

		Paradigmas		
		Estrutural do Consenso	Estrutural do Conflito	Interpretativo
Ontologia	A natureza da realidade é objetiva, formada de fenômenos em relações causais invariáveis.	Sociedade é um sistema social economicamente dominado (forças produtivas e relações de produção) cujo funcionamento é (a) independente da consciência humana ou (b) independente da consciência humana, exceto quando mudanças estruturais ocorrem pela ação política. Forças produtivas e relações de produção constituem a estrutura social. Todas as outras relações estão firmadas nestas e constituem a superestrutura (política, direito, religião, filosofia, etc.)	Sociedade é uma construção dos seus membros. Realidade social é formada por ocasiões de interação realizadas pelos atores envolvidos, uma vez que eles são capazes de: a) interpretação; b) ações significativas.	
Epistemologia	Conhecimento das leis da natureza somente é possível pela coleta de provas demonstráveis de sua existência (Quantificação das relações causais)	Uma vez que todos os modos de produção são forças que alicerçam a vida social, a busca do conhecimento adequado a esta concepção de realidade é a compreensão de como os sistemas sociais funcionam historicamente.	a) Conhecimento da interpretação e do significado da ação é somente possível quando se adquire conhecimento sobre os significados que sustentam suas ações, compreendendo as teorias dos atores via evidências qualitativas. b) Não buscam leis “universais” (noção de cenários sociais)	



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Metodologia	Dedução de hipótese e sua verificação empírica: método hipotético dedutivo.	Materialismo histórico: relações entre os modos de produção e formas de organização da sociedade seja em um contexto histórico mais amplo ou em sociedades e momentos específicos.	Uso da interpretação: o pesquisador aproveita sua condição de ator social criativo, isto é, capaz de interpretação (a exemplo dos atores que são objetos de análise). Pesquisa é uma interação social consciente e ocorre em cenários sociais específicos (casos). A análise é conduzida a partir da perspectiva do ator da ação
--------------------	---	--	--

Quadro 1 – Síntese da ontologia, epistemologia e metodologia dos paradigmas estruturais (consenso e conflito) e do Paradigma Interpretativo.

Fonte: Adaptado de Alencar (2007, p.25, 29 e 40) e de Jones (1993, p.118 e 151)

Nenhum dos três paradigmas é suficiente para explicar a complexidade da vida social, porém já foram dados passos importantes. Os paradigmas do conflito e interpretativo mostraram que os fatos sociais não são coisas (como pretendia Durkheim), são sim muito mais complexos que isso. Outro passo importante foi entender que cada abordagem trata de dimensões específicas da vida social, refletindo suas concepções ontológicas da realidade, assim, um trabalho realizado em uma das concepções não pode ser julgado como certo ou errado, ele é sim limitado pela sua maneira de enxergar a realidade (ALENCAR, 1999; 2007).

No caso da experiência brasileira da Economia Solidária, pretende-se, pelos mesmos paradigmas, abordar a esfera de coletividade, de dialética e de interpretação da mesma como fato social, passível de coercitividade, exterioridade e generalidade. Ademais, entender a Economia Solidária como fato social é principiar pela mais alta missão das ciências sociais que dinamizam seu olhar científico sobre os fatos sociais. É preciso destacar, ainda que, sob o prisma dos paradigmas estruturantes do consenso e do conflito, a Economia Solidária é um grande viveiro de normas para o comércio social justo, coercitividade, e demanda a situação de consideração de vida coletiva por sobre vida individual, exterioridade. Quanto ao aspecto do Paradigma Hermenêutico (ou Paradigma Interpretativo), as situações de *repetitio*, sobre as quais a Economia Solidária recai, deduzem que a alternativa que faz cintilar a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, implicam, destarte em uma generalização de aplicabilidade de prática social.

A seguir, serão apresentados como os três paradigmas perfilam as análises que, de uma maneira sistêmica e progressiva, classificam o fato social em que decorre a Economia Solidária não tão-somente como fato social e político, mas, também, científico.

4 Ecosol e Paradigma Estruturante do Consenso

O *ethos estrutural* em que se fundamenta a Economia Solidária pressupõe, em linhas gerais, um tipo de sociologia que evidencia-se prontamente pelo *combate à pobreza*. Ora, não podemos tratar, por mais que preze o individualismo científico ou moral, a *pobreza* como estado problemático de um ser social que não tem, neste exato momento, por exemplo, o alimento necessário à saciedade de sua fome. Por mais que se indiquem elementos que realcem o sentido da pobreza como problema subjetivo ou particularidade de quem está à marginalidade social, verifica-se que sua eclosão, enquanto fenômeno social, é resultado de uma designação coletiva, cujas causas, por sua vez, interpenetram-se e fomentam relações complexas para seu entendimento generalizado. Nesse ponto as discussões desenvolvidas por Sonia Rocha (2003) nos permitem uma maior precisão conceitual ao nos dizer que “(...) as discussões passam a gravitar em torno da natureza do fenômeno da pobreza em países apresentando diferentes níveis de desenvolvimento social e produtivo, o que remete às noções

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

de pobreza absoluta *versus* pobreza relativa.” (ROCHA, 2003, p.11). Ainda segundo essa mesma autora o conceito de pobreza absoluta está terminantemente relacionado a questões relativas à sobrevivência física; enquanto que o conceito de pobreza relativa demonstra a definição das necessidades a serem satisfeitas de acordo com o modo de vida predominante na sociedade em questão. Trata-se, portanto, de incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social (ROCHA, 2003).

O *Paradigma Estrutural do Consenso*, para melhor entender o problema, epistemologicamente redimensiona que tais relações causais que incidem sobre o fenômeno da pobreza e tornam primaz a ação do combate a ela inerente, pela Economia Solidária, devem ser organizadas e coletadas na análise de conjunto, através das afirmações e reafirmações de hipóteses. Uma das hipóteses aceita pelo *Paradigma do Consenso* é a de que a Economia Solidária propõe como alternativa à pobreza a veiculação de um novo *status* de mobilidade social, em razão do qual, *vida e conhecimento* são dinamizados em uma esfera de partilha por agentes sociais pobres e economicamente fragilizados. Esta tensão que eclode do interior da própria situação coletiva percebida pela condição da pobreza serve-lhe como elemento de combate à própria pobreza. Para sermos mais específicos, trazemos à baila como a questão é engendrada, em seu aspecto de dimensionalidade social: as comunidades pobres reconhecem-se como sujeito autônomo de seu percurso histórico e a ideia da qual se alimentam é a de que todos a que ela se sentem pertencentes devem ser beneficiados por um sistema módico de economia que gere benefícios igualmente e pressuponha o trabalho como dádiva e nunca como espoliação. São notórias as palavras de Paul Singer:

A pobreza na maior parte das vezes é condição social. A falta de dinheiro obriga as pessoas a morar juntas onde o custo de morar é baixo, ou seja, em favelas, cortiços ou nas ruas. A necessidade em que se encontram as famílias nessas comunidades torna a prática da ajuda mútua indispensável à sobrevivência. Assim sendo, combater a pobreza requer o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu conjunto, de modo a beneficiar todos os integrantes. Esse desenvolvimento pode ser induzido por agentes externos – ONGs, igrejas, governos, etc. – que mobilizam a comunidade, provocam a formulação de projetos de novas atividades econômicas e/ou melhoria das já existentes e ajudam em sua implementação. (SINGER, 2003, p. 411 – grifo nosso).

Desse modo, o consenso prima pela constatação do dado da interestimulação das consciências livres, quanto ao propósito de relegarem-se ao direito de lutarem por uma condição social adversa. Uma análise de conjunto que se seguiria como item de validação do raciocínio exposto seria a de que a Economia Solidária provoca a solidariedade pelo consenso ao qual as consciências dos indivíduos pertencentes às comunidades pobres primam por um aspecto de igualdade sistêmica, o que denota, ainda, uma humanização do conceito de justiça nas especificidades das ações sociais sobre as quais o econômico se sustenta. São optantes por uma lógica da igualdade, exatamente por que, não que não lhes seja desfavorecido o recurso à abundância e individualização do capital, mas que este coincide como impropriedade de sua natureza social. Ora, como o argumento ontológico do *Paradigma Estrutural do Consenso* considera que a natureza da realidade social é sempre objetiva, não podemos aqui arcar com o advento de uma consciência solitária alienando os propósitos das demais consciências, mas sim em articulação, simultaneamente, única e coletiva, de desenvolvimento solidário, marcado pela identidade do grupo que aborta as exigências do processo de acúmulo de capital. São adequáveis, mais uma vez, as afirmações de Singer:

(...) os projetos organizados por comunidades pobres assumem quase sempre a forma da Economia Solidária. A alternativa seria alguns membros da comunidade assumirem o papel de capitalista e assalariarem os demais. Como ninguém tem

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

dinheiro, essa hipótese é improvável. Além disso, a ajuda mútua é essencial ao esforço de gente desprovida de capital para melhorar sua situação social e econômica. O desenvolvimento que combate à pobreza é solidário e isso já vem sendo comprovado em diversos lugares.
(Id, p. 411-412).

A referida *comprovação de desenvolvimento* que Singer prescreve nesta citação, indica que a dedução sofreu sua plausível verificação, quanto à metodologia proposta pelo *Paradigma Estrutural do Consenso*. As causas dos fenômenos sociais e suas interfaces estão sendo enriquecidas pela aquiescência popular, sinalizada pelo movimento único de solidarização. Amiúde, veremos que, no entanto, esta solidarização é fruto das inerências de conflito que acabam determinando não só os estudos, bem como a realidade concreta dos fatores sociais que acabam determinando o índice econômico de vivência e sobrevivência de uma comunidade *a-capitalizada*. Tais considerações esboçam o plano teórico que se segue, segundo o qual dar-se-á a compreensão da Economia Solidária pelo *Paradigma Estrutural do Conflito*.

5 Ecosol e Paradigma Estruturante do Conflito

O *paradigma estruturante do Conflito*, aqui retratado como subsídio para se estender uma reflexão alternada sobre os princípios científicos que declaram a Economia Solidária como uma teoria de ciência social assume, por sua vez, a prerrogativa de que um mesmo fenômeno social pode ser focado de diversos ângulos e diversos níveis. Sua dinâmica epistemológica não se encontra no consenso ou quantificação e qualificação dos dados e análises das causas sociais, mas na diversidade de aspectos materiais e históricos, que, quase sempre, resultam em interpretações aporéticas, que assinalam, em linhas gerais, três perspectivas básicas de compreensão da sociedade, como já se mostrou, a saber: a de que a sociedade é dependente das leis de dominação econômica e que tal desvencilhamento repercutiria numa evolução, pautada pela luta de classes; a de que as mudanças sociais são, antes de se dimanarem como tal, eventos políticos categorizados e fixados como eventos simbólicos de superação ou redimensionamento das classes sociais e a de que os modos de produção determinam não só a razão de ser, mas a condição estrutural das sociedades economicamente organizadas. Embora não apelando diretamente ao esquema intelectual do *materialismo histórico-dialético* de Engels-Marx, o *Paradigma Estruturante do Conflito* estabelece a ponta dialética entre o estudo dos fenômenos sociais, alavancando como tese primeira a de que a natureza, forçosamente, em recursos de artifícios econômicos, está subsumida à ideia de constituição de sociedade. Desse modo, os sistemas sociais funcionam historicamente, ao modo de produção típico que designa a separação nítida, no seio social, dos que tem e dos que buscam ter, mas, por algumas razões, são impedidos de buscar ou de ter. A sociologia que se dimana, portanto, deste paradigma é a que coloca o teorizador ou cientista social na plêiade de observador e dedutor dos fatos históricos, enviezando-os com a analítica crítica, apoiando-se no princípio da objetividade, posto pelo *Paradigma Estrutural do Consenso*, com o explícito apelo para o progresso social que se sucede ao movimento de tensão. Dessa forma, entende-se, pela estipulação do *Paradigma Estruturante do Conflito* que o princípio da objetividade não deve sofrer partidarismo ou ser fruto de uma ideia pessoal, apesar de sensibilizar e colocar, inclusive, como possibilidade o fato de que o observador social eventualiza-se em gestor de novas ações históricas que coincidam com os ideais da luta de classes, por exemplo, e, *pari passu*, da Economia Solidária.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

O *Paradigma Estruturante do Conflito* arraiga-se, também, à inter-relação complexa de fenômenos sociais que, em seu início, sejam considerados interdependentes, mas que, eclodem no âmbito de especificidade de provocação de outros fenômenos, propiciando reconsiderar o que, *a priori*, era dado como evento paralelo. Nota-se que a veia dialética inflama suas pontuações, sem tergiversar ou incorrer em paradoxos insolúveis. No princípio por ele plantado, da verificação científica de um fenômeno social, encontra-se a própria antítese por vezes vislumbrada como movimento de contradição ou analogia. No caso da Economia Solidária, vemos que dois princípios alternantes, originalmente pertencentes à reflexão marxiana do materialismo histórico-dialético, se comprimem na ânsia de forjarem uma unidade tensa: a *ocorrência da luta de classes* e a *oportunização do processo de democratização brasileiro*. Seria de se esperar, então, a proposta da Economia Solidária diante destas duas facetas inerentes ao processo de constituição social da moderna tipologia político-econômico brasileira? A resposta a este fator depende, amiúde, do próprio esforço do teorizador em estabelecer, dialeticamente, uma proposta abrangente que sirva de modelo de explicação e de transformação. Quanto a este segundo ponto, o *Paradigma Estruturante do Conflito* encontra, justamente, seu limite: o teorizador, naufragado no mar de seus conflitos intelectuais próprios, não encontra forças para propor, apenas para analisar. Desse modo, o que se tem afirmado sobre Economia Solidária brasileira segue-se às guisas de interpretações do movimento, muitas vezes tolhidas de uma prática reflexiva e sistêmica, que pouco açambarca a vida, em seu desenrolar prático e penuriente.

Desse modo, a maioria dos teóricos que versam suas produções atuais sobre Economia Solidária entedem-na em seu princípio de luta, mas não afirmaram, até agora, em qual tipo de peleja social queira, de uma forma mais participativa, em termos populares, constituir-se. Trata-se muito, por exemplo, da cooperação ativa entre membros da Economia Solidária e, face a esta perspectiva, o observador só realinha o que, de modo, por vezes anacrônico, fez perceber. O próprio teórico da Economia Solidária, vez por outra, padece do mal de identificar-se, na trama de suas produções, com os princípios e atitudes dela e, por ela, inspirados. Fala-se, pois, de estruturas que se edificam no seio da práxis da Economia Solidária, mas não as projetam, nem tampouco constroem. Entretanto, há que se destacar, aqui, uma hipótese que o *Paradigma Estruturante do Conflito* rejeita: a de que a sociedade, ou os grupos socialmente ordenados, assumem, basicamente, por força da natureza social, o papel de funções que se ajeitam na delineação de um processo. Giddens (2002) descreve que a teorização do conflito, que se classifica cientificamente quanto *Paradigma Estruturante do Conflito*, pondera que a sociedade seja mesmo um maquinário humano sem condicionamentos prévios, a não ser a busca pela satisfação de interesses próprios. Os movimentos que se empreendem na sociedade nunca podem ser dados como gerais, mas como individuais ou grupais. São suas as palavras que factizam o agir dos teóricos do conflito:

(...) destacam a importância das divisões na sociedade. Ao fazê-lo, concentram-se em questões de poder, desigualdades e luta. Eles tendem a ver a sociedade como sendo composta de grupos distintos que perseguem seus próprios interesses. A existência desses interesses separados significa que o potencial para conflito está sempre presente e que certos grupos se beneficiarão mais do que outros. Os teóricos do conflito examinam as tensões entre grupos dominantes e desfavorecidos dentro da sociedade e buscam compreender como as relações de controle são estabelecidas e perpetuadas (GIDDENS, 2005, p. 35).

Também se evidencia, na questão do conflito, tanto na parte formal como pragmática da ciência, a conjectura da revolução social que, entendida ortodoxamente de acordo com a



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

apreciação marxista, se produz quanto quando se tornam muito inter-referentes as *contradições* entre *forças de produção* e *relações de produção*. Sob esta vertente, a noção epistemológica fornecida pelo *Paradigma Estruturante do Conflito*, bem como por sua metodologia, de caráter explicitamente historicista e centrada na ideia de *empíria histórica*, que aduz à tese da evolução dos fatos sociais face aos condicionadores evolutivos políticos de uma sociedade.

No caso da Economia Solidária, ainda, o *Paradigma Estruturante do Conflito* estabelece as condições para realocá-la, em seu grau de experiência histórica, à prática socialista que pressupõe um outro usufruto da liberdade, que favorece as escolhas pelo sentido primacial do coletivo e que aborda, como aspecto fundamental inerente, a justiça como face do equilíbrio social, sedimentando, amiúde, as razões do comércio justo e da livre produção. Essa realocação da Economia Solidária à prática socialista deve passar pelo que Paulo Salles Oliveira (2006) entende como cultura solidária que “(...) nasce de uma negação do egocentrismo e do primado da competição desenfreada para, simultaneamente, propor uma compreensão mais alargada, democrática e generosa das interações sociais. Negação do existente e proposição alternativa formam sua viga mestra” (OLIVEIRA, 2006 p. 32). Se aqui existe uma afinidade com o marxismo clássico, esta se advém em relação a que as ações sociais não podem ter como fim ou meio os prazeres individuais ou grupais e seus efeitos econômicos, no interior da vida em sociedade. Portanto, o conflito permite com que se irrompa, também, na sociedade, a meta da criação de um sentido de vida orientado, sobretudo à forma de solidarização da consciência humana. Porém, considerando-se seu efeito de objetividade, no caso de oferecer uma interpretação sobre a Economia Solidária, e uma forma gradativa de cientificizá-la, o *Paradigma Estruturante do Conflito* opta por um socialismo de classe científico por sobre as inerências de um socialismo utópico. A diferença entre ambos, destarte, se aplica no senso de liberdade que o trabalho provoca podendo, inclusive, dominar as relações mercantis. O cubano Gonzáles (1990) descreve esta pretensão de cunho marxista em se produzir um socialismo realizável, tendo em vista os sonhos que enaltecem o agir humano, orientado historicamente:

O marxismo aspira ao que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o homem disponha de muito mais tempo livre para outras atividades, porém, sobretudo, ao que se sinta humano e livre quando executa uma função tão humana como é o trabalho, superando assim a alienação que estimula as relações mercantis. Nisto se diferencia o socialismo científico do utópico, que situava o homem em um paraíso ideal de desfrute de bens criados sem a participação efetiva do homem mesmo. Entretanto, a visão marxista da satisfação dos bens materiais não implica a concepção elitista tão acostumada em todas as propostas burguesas de revolução social, nem muito menos a defesa exclusiva de interesses nacionalistas. Ao marxismo é circunstancial o critério internacionalista ao abordar qualquer esfera dos complexos problemas sociais (GONZÁLEZ, 1990, p. 40–41, tradução nossa).

Como última proposta de discussão do *Paradigma Estruturante do Conflito* em relação à Economia Solidária, cabe a discussão, como ponto dialético entre os movimentos que sustentam, no interior da mesma, as interfaces entre Estado e População. Cabe, aqui, denotar o sentido político da Economia Solidária, também, como economia constituinte de um Estado. O problema grave que se detecta, todavia, a partir de então, é a gerência de crítica ao capitalismo gerencial de que o estado brasileiro, por exemplo, está provido. A malha de proposições sobre políticas públicas de Economia Solidária esbarra nas intenções dos grupos que fortemente mantêm a reprodução da lógica capitalista inerente ao *status quo existencial* do Estado. Aflora-se, aqui, um dilema: não se trata de “derrubar” o Estado, mas de favorecer-lhe uma nova modalidade de engendramento político de ações públicas que insinuem na

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

sustentabilidade dos empreendimentos econômicos, sem retrair de sua inclinação de igualdade, o que sempre postulou e arquitetou a Economia Solidária. Faz-se mister que o destaque ao segundo princípio da Economia Solidária, princípio que determina seu *ethos político* seja, neste momento, evidenciado, em suas características:

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares (MTE, 2011).

Feitas estas descrições, não incorre aqui que, embora, ambos recorram a mesma categoria teórica do conflito, que pressupõe a crítica ao sistema capitalista reinante, a Economia Solidária construa seu mesmo espectro teórico da forma como fora construindo o socialismo de esquerda. Há uma diferença precípua, aqui delineada e que servirá como elemento motivador da reflexão que abrangerá a *via paradigmática interpretativa* da Economia Solidária: gestão da economia. Enquanto o socialismo alude ao papel do estado na organização burocrática da Economia, a Economia Solidária determina seu modelo de prática pela *autogestão*. Gadotti (2009) comenta que:

O problema da esquerda clássica é que ela pretende fazer a gestão da economia da mesma forma que faz o capitalismo: por meio do estado. Com a autogestão, a economia solidária dá um salto nessa questão, retirando do estado (como forma de capital) a gestão do empreendimento solidário. Isto não significa prescindir hoje do estado. O estado é uma arena na qual a luta entre as diferentes economias está se travando. O estado tem protegido a economia capitalista com subsídios e toda sorte de benefícios, como a isenção de impostos. A economia popular precisa de políticas públicas, inclusive de proteção. Isto não é assistencialismo, como dizem os defensores da economia privada. Precisamos inserir a luta pela economia solidária no interior do estado capitalista – **momento de conflito e de dialeticidade** -, mesmo sabendo que ele, para assumir hegemonicamente a economia solidária, precise mudar radicalmente (GADOTTI, 2009, p.112, grifos nossos).

Demanda com o princípio do conflito, o porvir da mudança. Esta, filosoficamente, deve ser radical e de base. Não há outro meio de diálogo da Economia Solidária em relação ao capitalismo a não ser a de que o segundo faça-se ou deixe-se influenciar pela primeira. A noção de acúmulo de capital deve ser sensibilizada pela noção de bem social geral, ou bem social comum.

Uma situação ideal seria a de que os membros da sociedade fossem capazes de interpretar os fatos e aspirar a essa lógica. Tais disposições, destarte, serão explanadas no tópico que, a seguir, se dispõe.

6 Ecosol e Paradigma Interpretativo

A ideia durkheimiana sobre a sociedade enreda a que tipo de concepção de convivência os indivíduos chegam para propiciarem a inteligibilização do espaço, dos costumes e das relações comuns. Essas ações, em geral, são significativas para o grupo e, em seguida, para o próprio indivíduo que vê-se na condição de atender às expectativas exteriores

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

nele depositadas. É um sinal tácito de solidariedade orgânica e um atestado sobre a tese de que a consciência coletiva precede a consciência individual, por vezes, formando-a.

Ora, pode parecer estranho, todavia, que o indivíduo pouco participe com sua criatividade da criação do todo social a ele inerente. Se por um lado, temos uma consciência coletiva que perfaz a soma das consciências individuais para a determinação da vida em sociedade, por outro lado, também o indivíduo é capaz de ler o mundo e explicá-los de acordo com a substancialização de significados que constrói mediante sua experiência social particularíssima. Este indivíduo, assumindo a *função* de ator social é capaz, sim, de perceber seu entorno, modificá-lo, entendê-lo, preservá-lo e, até mesmo, reinventá-lo. O *Paradigma Interpretativo* trabalhará com esta segunda hipótese, um pouco distorcida do pensamento inaugural de Durkheim sobre a sociedade, estipulando a estimativa para que o indivíduo, como ator social, também seja *formador da sociedade* e que a realidade social nada mais representa que a união de concepções de ação devidamente pragmatizadas e cristalizadas segundo os costumes.

Cientificamente, este indivíduo, pesquisador e percebido por necessidade da sociedade em que vive, também pode dedicar-se ao seu estudo, não se alienando da condição de participação que sua observação na sociedade também se condiz com uma prática social; ou seja: na gênese da pesquisa, estão as tendências de afirmação do pesquisador que a conduz. O *Paradigma Interpretativo* reafirma a proposta de que as análises sociais decorrentes de um constructo analítico sejam eivadas das impressões e significâncias importantes ao pesquisador que o arquitetou. Dessa forma, toda declaração sobre a sociedade acaba por denotar a visão estruturada hermeneuticamente do indivíduo-pesquisador, como ator social criativo, na análise das inter-relações entre outros atores sociais criativos.

Tal paradigma, na verdade, não incorre em desajuste com os demais. Não implica, amiúde, também em concorrência de perspectiva. Apenas desarma uma consequência problemática da indisposição de perspectivas entre os *paradigmas estruturantes do consenso e do conflito*, ao repropor o abandono da predisposição funcionalista da sociedade e oferecer como suplemento de discussão a abertura à retratação da ideologia marxista, em nível de ciência. Tal possibilidade cria o acoplamento das ideias sociológicas de Weber para essencializar o *Paradigma Interpretativo*. Cabe, assim, a partir de agora, verificar como este paradigma pode absorver as tendências políticas de movimento da Economia Solidária no intento de dar-lhe, a exemplo dos outros dois paradigmas estruturantes estudados, seu contributo, em termos de justaposição de hipóteses, argumentações e/ou contra-afirmações.

Uma possível interlocução do *Paradigma Interpretativo* face à Economia Solidária talvez melhor se defina na elaboração inter-analógica entre as características plantadas como princípios gerais da referida modalidade econômica e sua práxis comprovada pela quantificação dos fatos e experiência por ela, ou, a partir dela, produzidos. Retomemos, desse modo, a proposição sobre o que a SENAES define como características essenciais que identificam os empreendimentos solidários: a de que conservem, sobremaneira, as inerências de ações inspiradas e coordenadas pela *cooperação, autogestão, solidariedade* e viabilidade *econômica promotora de emprego e renda* (MTE, 2011).

A cooperação introduz uma nova sinergia na concepção de estilo de vida. O princípio é evocado para, de certa forma, subsumir a então considerada “cultura de pobreza”. Para se ter uma ideia do que esta cultura significa, basta aludirmos à tese de que os que estão sofrendo algum tipo de privação material estão agrupados, de uma forma solidária, a repercutirem as peripécias de um mesmo pensamento ou crença que faça com que se definam “perdedores” na sociedade. Em outra medida: os pobres são-no assim por conta da autopercepção social que tem sobre si mesmos e do tipo de cultura da qual, simbolicamente, se alimentam para darem continuidade ao estado de desbenefício monetário em que se encontram. Não sabemos até que

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

ponto tal afirmação teórica, em nível sociológico, é preconceituosa ou, no mínimo, fundamentalista, mas a análise de Oscar Lewis (1981) pondera sobre a real resignação dos pobres em aceitar o desvairio do sistema econômico capitalista que, não tão-somente, os oprime, como lhes retira a condição natural de serem bem-sucedidos na sociedade em que vivem, desempenhando ações de sustentabilidade essenciais à vida social, tais como relações de comércio e manipulação de moedas, avivamento e continuidade das tradições e persecução dos costumes.

Giddens (2002) enfatiza a visão lewisiana, elaborando o seguinte comentário:

O renascimento dessas perspectivas começou na década de 1970 e 1980, assim que a ênfase política sobre o empresariado e a ambição individual passou a recompensar quem fosse “bem sucedido” na sociedade e a considerar quem não o fosse responsável pelas circunstâncias em que se encontrava. As explicações para a pobreza foram, muitas vezes, buscadas no *estilo de vida dos pobres*, juntamente com as atitudes e visões que estes supostamente adotavam. (...) Segundo Lewis, a pobreza não é resultado de inadequações individuais, mas de uma atmosfera social e cultural mais ampla na qual as crianças pobres são socializadas. A cultura da pobreza é transmitida de geração em geração, pois, desde pequenos, os jovens vêm pouco sentido em aspirar por algo maior. Em vez disso, resignam-se de um modo fatalista a uma vida de empobrecimento) (GIDDENS, 2002, p.260, grifos nossos).

Deriva-se, pois, desta análise, que, intencionalmente, o princípio de cooperação, pautado como eixo modelar da Economia Solidária, serve como elemento de ressignificação da cultura da pobreza, ora, no entanto, utilizando-se de sua mesma estrutura: a de que as pessoas, conscientemente, devem se envolver na superação de sua situação social apesquente, minotária ou opressiva, em termos sócio-econômicos. Vale aludir como exemplo positivo desta empreitada da Economia Solidária o refazimento da *ideia de salário* como sustento em sociedade, que deu novo ímpeto ético à visão do trabalho, conforme salientam Sarda e Sanchez (2011), ao indicar que as experiências políticas em Economia Solidária:

(...) tem colocado novas questões para o conjunto do mundo do trabalho e apontam para a possibilidade de construção de novas institucionalidades que superem aquelas construídas no contexto da sociedade salarial, que tinham no assalariamento o único modelo orientador dos processos de regularização pública do trabalho (SARDÁ; SANCHEZ, 2011, p.440).

Ora, veremos, pois, como a cooperação determinou, no ato de produção da Economia Solidária, a autonomia dos indivíduos no processo de condução de suas práticas de labor. O *Paradigma Interpretativo* se incrustará na perspectiva de comparação entre estes dois princípios, propiciando a estimativa de como a sociedade poderá desenvolver-se, à medida em que for permitido, em seu imo, o desenvolvimento da Economia Solidária, em suas interfaces teórico-práticas de estudo e ação política organizada.

Nossa intenção encontra respaldo, outrossim, nas palavras de Novaes (2011), para quem o estudo de autogestão se faz necessário como necessidade de se intensificar o *distinguo* científico da Economia Solidária:

Para nós, não há ação autogestionária sem teoria autogestionária e- nesse sentido – acreditamos que os estudos que estão a brotar na América latina poderão potencializar a ação dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, retroalimentar a teoria da autogestão. Não são poucos os militantes e teóricos que erram na ação por não terem uma teoria adequada para abordar a alienação no cooperativismo e

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

associativismo. Estudar e refletir sobre a autogestão poderá ajudar a potencializar a relação teoria-prática-teoria ou prática-teoria-prática (NOVAES, 2011, p.11).

Quanto ao aspecto do estudo da autogestão e sua oportuna comparação com o princípio da cooperação solidária, o *Paradigma Interpretativo* interporá a necessidade de se indicar como sujeito de uma ação empreendedora autogestionária seu próprio pensador, em íntima relação intelectual para com os beneficiários da autogestão. Na horizontalização do conhecimento, não há donos de saberes ou de capitais intelectuais; decerto, a autogestão também signifique uma gestão que ultrapasse os limites de um egoísmo institucionalizante. Em suma, é de se pressupor que a economia solidária trate de uma questão de bem maior a erradicar o *mal radical* que o egoísmo causou ao especificar que qualidade de vida seja a designada por uma vida plenificada monetariamente, que se firma sobre a qualidade do lucro.

Ora, qualidade de vida implica, necessariamente, em qualidade de cooperação social. Neste sentido, a Economia Solidária reflete não apenas novos horizontes econômicos, mas uma educação para a compreensão da autonomia das ações dos indivíduos baseadas na noção de *dever colaborativo*. Neste sentido, o *Paradigma Interpretativo*, considerará a Economia Solidária como a ciência que favorece o labor criativo de cunho coletivo, baseado em decisões que não caibam a quem detenha o capital, mas a todos que se prontificam a dividir o saber e a técnica irrestritamente. A exemplo da proposição deste paradigma, não se estabelece, aqui, a busca por leis universais que devam qualificar uma ação, mas o reconhecimento daquela ação que sirva mais aos propósitos gerais para uma formação pedagógica para o trabalho, a vida e a convivência social, culturalizada, agora, em um esquema de solidarização massiva. Evidente que isto não deixa de ressoar-se como utópico ou, ainda, um fetiche de promessa socialista, mas se dimana, no entanto, como vislumbre criativo que automatiza, em nível intelectual, o advento de uma sociedade formada em valores novos, frutos de mudanças de concepções e de vontades políticas revigoradas em seu tônus popular cooperativo. Assim, o *Paradigma Interpretativo* definirá a Economia Solidária como *prática científica*, da qual emanará outras orientações concretas voltadas em termos de ações econômicas e sociais sustentáveis em termos de humanização. Complementando esta interposição, assinala Gadotti (2009):

As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficácia econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais da prática solidária (GADOTTI, 2009, p.33).

Uma economia não pode emergir-se sem uma fundamentação de princípios econômicos. Tal impossibilidade sinalizaria para a comparação de um duende pintado que se tornaria invisível pela barrete que esteja usando. Seria de esperar, até pelo bom senso interpretativo posterior, que uma economia que visa denominar-se solidária tenha, por causas, princípios econômicos que denotem a ideia de como enxerga a sociedade pelas variantes da produção, consumo e das interações que se produzem entre trabalho e vida política. As características da dimensão econômica ponderada pela Economia Solidária fomentam os valores da união inteligente de esforços de produção que se traduzem em “bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo” (MTE, 2011). A análise econômica dos princípios da economia solidária, pelo *Paradigma Interpretativo* permite alçar um argumento que transcenda a reflexão marxista sobre a mercadoria; fala-se, a partir de agora, em perfil pessoal de consumo e adaptação à práticas coletivas solidárias ora associativistas ora

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

cooperativistas. Fala-se em reeducação ao capitalismo, esquema provavelmente anterior à possível luta entre burgueses e proletários. O juízo de valor que se dimana deste entorno coincide com a ideia de desafio. Em virtude disso, Singer (2005), assevera que:

(...) a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas (...). Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo uma outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o **comportamento econômico solidário** só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros (SINGER, 2005, p.16).

7 Considerações Finais

Discutir a Economia Solidária sob a ótica dos paradigmas científicos contemporâneos a partir do sentido atribuído por Thomas Kuhn é, como demonstramos acima, tarefa que exige fôlego e domínio no campo conceitual que envolve as discussões acerca da estruturação da ciência. Buscamos construir uma alternativa de classificação científica para a Economia Solidária desenvolvendo debate entorno de determinados paradigmas das ciências sociais. Através daquilo que se convencionou chamar de ciclo de desenvolvimento científico, buscamos apoiar nossa discussão também referenciando argumentos sustentados pelas etapas tradicionalmente referenciadas como parte do entendimento que se tem a respeito de tal processo, a saber: Ciência Pré-paradigmática, Paradigma (ou paradigmas estreitamente relacionados) e Revoluções Científicas.

Trata-se, portanto, de tentativa de construção de determinada percepção de um possível processo de reflexão sobre a cientificidade da Economia Solidária e, parafraseando nosso próprio texto, concluímos com aquilo que julgamos ser o cerne das discussões aqui elencadas quer por sua possibilidade de diálogo com uma das consideradas grandes linhas do pensamento contemporâneo, o materialismo histórico, quer pela possibilidade de visualização e interferência em questões atuais, um dos tradicionais eixos de preocupação da ciência. Pois bem, dissemos e novamente reafirmamos que os sistemas sociais funcionam historicamente, ao modo de produção típico que designa a separação nítida, no seio social, dos que tem e dos que buscam ter, mas, por algumas razões, são impedidos de buscar ou de ter. A sociologia que se dimana, portanto, deste paradigma é a que coloca o teorizador ou cientista social na plêiade de observador e dedutor dos fatos históricos, enviezando-os com a analítica crítica, apoiando-se no princípio da objetividade, posto pelo *Paradigma Estrutural do Consenso*, com o explícito apelo para o progresso social que se sucede ao movimento de tensão. Dessa forma, entende-se, pela estipulação do *Paradigma Estruturante do Conflito* que o princípio da objetividade não deve sofrer partidarismo ou ser fruto de uma ideia pessoal, apesar de sensibilizar e colocar, inclusive, como possibilidade o fato de que o observador social eventualiza-se em gestor de novas ações históricas que coincidam com os ideais da luta de classes, por exemplo, e, *pari passu*, da Economia Solidária.

Finalizando este trabalho, convidamos a comunidade científica para ir um passo além da apresentação de estudos de caso em Economia Solidária, por mais importantes que se apresentaram em um primeiro momento do estudo do tema, para passarmos a discutir ontologicamente e epistemologicamente as possibilidades da Economia Solidária. Neste sentido sugerimos uma aproximação com as construções teóricas do campo da Gestão Social

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

que se aproximam muito de tal discussão. Complementando nossa sugestão de uma agenda de pesquisa sugerimos ainda pesquisas que ajudem na construção de teorias que possam embasar práticas de (re)educação para a autogestão que percebam as atuais formas de produção e consumo como um processo que se construiu a partir da própria sociedade e pode ser mudado por ela.

8 Referências

- ALENCAR, Edgar. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131p.
- _____. **Pesquisa em turismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007. 174p.
- CHALMERS, Alan F. **A fabricação da ciência**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: UNESP, 1994, 188p. (Coleção biblioteca Básica)
- _____. **O que é ciência afinal?** Tradução Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica nas ciências sociais**. 3. ed. rev. e amp. – 11 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. 294p.
- FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Tradução: Cezar Augusto Morari. São Paulo: UNESP, 2007, 376p.
- GADOTTI, **Economia Solidária como práxis pedagógica**. SP: ED, L Editora, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GONZÁLEZ, Pablo Guadarrama. **Marxismo y antimarxismo em América Latina**. Colômbia: Universidad Incca, 1990.
- JONES, Philip. **Studying society: sociological theories and research practices**. London: Colins Educational, 1993.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LAKATOS, Imre. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Tradução de Emília Picado Tavares Marinho Mendes. Edições 70, 1999, 208p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea 28).
- MESZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. SP: Boitempo, 2009.
- (MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é economia solidária?** Disponível em < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> >. Acesso em 27 de agosto 2011).
- NOVAES, Henrique Tahan. **O retorno do caracol à sua concha**. SP: expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Paulo Salles. **Cultura Solidária em Cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Tradução de Regine Bottmann. RJ: Paz e Terra, 2010.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007, 568p.
- RATTNER, Henrique. Economia Solidária – por quê? In: **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Le Monde Diplomatique Brasil; 4)
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

SARDÁ, Maurício et al., “A economia solidária no Governo Federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional” in BENINI, Édi et al. **Gestão Pública e Sociedade – fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. SP: Outras Expressões, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003, 178p.

SINGER, Paul. “A economia solidária no governo federal” in BENINI, Édi et al. **Gestão Pública e Sociedade – fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. SP: Outras Expressões, 2011.

_____. “Cultura das transgressões” in SINGER, Paul e MACHADO, João. **Economia socialista**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.